

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES


MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

 
LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA


FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA


FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

A COMPARAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ESTUDO DE PROCESSOS DE REPRESENTAÇÃO E INTERACÇÃO: O CASO DE “TARTESSOS”

Pedro Albuquerque¹

RESUMO

Apresentam-se algumas questões sobre as vantagens do método comparativo na interpretação de processos de interacção identificados no registo arqueológico e nas fontes escritas. A comparação incide sobre alguns *case studies* que reflectem contactos entre grupos europeus e africanos em contextos diferentes (São Jorge da Mina e Angola), bem como sobre a construção das identidades dos Luso-africanos. Estes casos permitem colocar questões sobre as representações dos “Tartéssios” nas fontes antigas e sobre os processos de interacção que tiveram lugar no Sudoeste da Península Ibérica durante a primeira metade do I Milénio a.C.

Palavras-chave: Tartessos, História comparada, Identidade, Interacção cultural.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present some questions about the advantages of the comparative method for the interpretation of interaction processes known by the archaeological record and the classical sources. The comparison deals with some case studies about the contacts between European and African groups in different contexts (Elmina and Angola), and the construction of the Luso-African identities. Those cases can help us to pose some questions about the representations of the Tartesian people known by ancient sources and about the interaction processes that took place in Southwestern Iberia during the first half of the 1st Millennium BC.

Keywords: Tartessos, Comparative History, Identity, Cultural Interaction.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto é uma versão resumida da dissertação de doutoramento recentemente apresentada pelo signatário (Albuquerque, 2014), onde se defenderam propostas metodológicas para o uso da comparação no estudo dos contactos entre comunidades residentes e próximo – orientais no Sudoeste da Península Ibérica, concretamente entre a Baía de Cádiz e o Tejo. Essa comparação implicava uma visão mais abrangente das fontes escritas que referem Tartessos, por um lado, e, por outro, o uso de informações provenientes de outros estudos sobre realidades africanas, em particular a construção do território colonial de Angola, as consequências do tráfico de escravos na Senegâmbia (sécs. XV – XIX) e, finalmente, a construção da identidade luso – afri-

cana (respectivamente, Henriques, 2004; McIntosh, 2001; Horta, 2009).

O uso desta bibliografia revelou-se bastante útil para o enriquecimento do questionário sobre os contactos interculturais ou processos de transformação do registo material resultantes do encontro de grupos com percepções territoriais e objectivos políticos diferentes. Ao mesmo tempo, foi um ponto de partida para o estudo de textos antigos que reflectem o comportamento de um grupo perante novas circunstâncias históricas ou, se preferirmos, de domínio de uma ideologia sobre outra.

A escolha de contextos africanos resulta, sobretudo, do facto de terem sido, nos últimos anos, alvo de várias revisões críticas que implicam, por exemplo, o estudo das fontes, o papel das comunidades residentes nestes processos, o alcance e os avatares das

1. FCT, Uniarq, Universidad de Sevilla; albuquerque@us.es

designações étnicas que as representações europeias deixam transparecer, a análise das tradições orais, etc.; em poucas palavras, registou-se uma emancipação em relação ao pensamento colonial que serviu de diapasão para o discurso histórico sobre África e os Africanos, não obstante as matizações que, obviamente, devem ser feitas. A existência de vários tipos de fontes (relatos de viagem, documentos políticos, crónicas, iconografia, oralidade, etc.) é, nesse sentido, duplamente aliciante: por um lado, pelo reconhecimento de problemas que têm no momento em que são ponto de partida para o estudo das comunidades residentes. Por outro, revelam dados inacessíveis aos olhos dos arqueólogos e lançam novos desafios de interpretação.

Quer isto dizer que se assume que as comunidades africanas dos séculos XV a XX são iguais aos grupos que habitavam o Sudoeste da Península Ibérica nos finais do chamado Bronze Final? Com toda a evidência, não. Mas o modo como esses contactos influenciaram o dia-a-dia dos agentes desses processos pôde ser, em muitos casos, registado através da iconografia ou, se for caso disso, do registo arqueológico.

É a partir desse momento que começamos a lidar com ideias já estabelecidas entre os estudos peninsulares: a existência de elites fascinadas com o “progresso” que o comerciante fenício traz consigo, o uso de novos elementos como símbolos de prestígio e uma transformação de gostos, hábitos de consumo e costumes (enterramentos, religião, etc.) como resultado mais evidente de contactos (estritamente) comerciais. A comparação pode servir, nesse sentido, para verificar até que ponto comunidades em circunstâncias de relações comerciais são influenciadas nesses aspectos e, ao mesmo tempo, analisar o impacto de colonizações ao nível do registo material.

É neste sentido que se apresenta uma reflexão – necessariamente breve – sobre o uso da comparação como ponto de partida para a caracterização e interpretação de processos de interacção e de representação de entidades em territórios pouco conhecidos. Este questionário revela-se útil, por exemplo, no estudo da “questão tartéssica”, tanto na análise dos textos clássicos como o registo arqueológico associado a esta entidade peninsular.

Do ponto de vista metodológico, convém aclarar uma diferença significativa em relação às propostas de Lewis Binford (1962) sobre a Arqueologia como Antropologia, uma vez que o estudo antropológico,

por natureza, analisa uma sociedade num momento presente e retira desse estudo conclusões sobre o seu funcionamento. Partir desses estudos para a análise do registo arqueológico, tratando o primeiro objecto de comparação como um “passado vivo” que serve de ponto de partida para a compreensão do segundo, é sem dúvida um exercício insuficiente numa aproximação como a que aqui se pretende apresentar. Nesse sentido, o facto de se analisar grupos africanos não substitui o estudo histórico pelo estudo antropológico, sobretudo quando se questiona um processo de transformação resultante de contactos numa perspectiva diacrónica e não sincrónica. Serve, portanto, esta aclaração para defender, perante quem lê este texto, que o que aqui se apresenta está muito longe de ser uma analogia etnográfica: a Antropologia pode estudar o funcionamento de uma sociedade nas relações entre os seus membros ou na sua relação com o território e os outros, mas não o seu processo histórico.

2. A COMPARAÇÃO COMO TEMA DE ESTUDO

“Compreender a sociedade, compreender os homens: para isso, servimo-nos das monografias como trampolins, para pelo método comparativo e relacionador – como faz o historiador – passarmos do registo momentâneo da vida de um grupo mais ou menos largo, à compreensão dos grupos, da sociedade ou sociedade globais, dos processos e relações sociais.”

Godinho, 1971, p. 183

O texto de V. M. Godinho exprime na perfeição um debate, iniciado em finais do séc. XIX e mantido ao longo de várias décadas, sobre a relação entre a História e outras ciências sociais no contexto de estudos comparativos (entre outros, Braudel, 1969, pp. 98-99; Lefebvre, 1981, pp. 330-331; Lévi-Strauss, 1983) e que deu origem à fundação de três revistas destinadas à consolidação desta interdependência: *Annales de Géographie*, em 1891, *L'Année Sociologique* em 1896-1898 e *Revue de Synthèse Historique*, em 1900 (Bintliff, 1991, pp. 4-5; Friedman, 1996, p. 40ss). O programa da revista *Annales*, fundada em 1929 por L. Febvre e M. Bloch, acabou por dar continuidade a este debate (Bintliff, 1991, fig. 1.1; Van der Braembusshe, 1989, pp. 10-11) e a um trabalho publicado no ano anterior por este autor (Bloch, 1928).

Influenciado por Durkheim, Bloch defendeu a *Histoire comparée* a partir da análise de duas sociedades vizinhas e contemporâneas, a inglesa e a francesa, no estudo das *enclosures* entre os sécs. XVI e XIX, deixando entrever a necessidade de alargar o espectro das comparações (*ibid.*, pp. 45-50; propostas anteriores em Langlois, 1890, p. 263; cf. Kocka, 2003, p. 40). Considerava também a possibilidade de comparar duas ou mais sociedades separadas no tempo e no espaço, inclusivamente sem qualquer tipo de relação entre ambas (Bloch, 1928, pp. 17-18). Este método comparativo seria uma ferramenta para colocar novas questões, testar e validar hipóteses de explicação e identificar a singularidade dos casos analisados (Sewell, 1967, pp. 209-210). Apesar das críticas que podem ser apontadas a Bloch (Sewell e Thrupp, 1980), os seus trabalhos abriram um importante caminho que não pode ser tratado com a devida profundidade no presente trabalho (uma perspectiva geral em Kocka, 1999, *passim*).

Não obstante, no caso aqui exposto, a comparação assume-se mais como uma ferramenta para a formulação de novos questionários sobre o impacto da chegada de novos contingentes populacionais a territórios que, aparentemente, são reorganizados. A construção de santuários em áreas estratégicas de acesso às matérias-primas ou a rotas comerciais pode ser, nesse sentido, um sintoma da imposição de novas formas de marcação territorial que, até então, seriam desconhecidas entre as populações locais.

Veremos como, por exemplo, a introdução destas novidades pode provocar mudanças significativas nos sistemas envolvidos nos processos, dependendo sobretudo do tipo de interação. Observando o caso de São Jorge da Mina, para além da chegada de bens diferentes até então desconhecidos ou pouco conhecidos, resultante do comércio marítimo, não se registaram mudanças profundas ao nível da cultura material em geral (DeCorse, 2001, pp. 175ss.). Por outro lado, o desmantelamento sistemático dos marcadores territoriais em Angola provocou um conjunto de alterações significativo, precisamente pelo facto de se registar a imposição de um novo modelo territorial com implicações no quotidiano das populações e nas suas manifestações materiais (cf. Henriques, 2004, *passim*).

Como já se deixou entrever na introdução, o uso do método comparativo pode ser facilmente confundido com uma visão baseada nos “estádios” pelos quais as sociedades vão passando progressivamen-

te, sobretudo quando se aplica a contextos muito diferentes entre si.

Nesta óptica, o estudo das sociedades africanas interessa a partir do momento em que há um registo do “antes” e do “depois” no contexto destes contactos, sobretudo se é possível avaliar o impacto destes processos nestes grupos, por exemplo após a destruição dos marcadores territoriais. Por outro lado, importa referir que o nome de algumas comunidades, entre elas o dos Bosquímanes (*bushmen* ou homens do bosque), é uma construção do observador externo.

Podemos partir desta observação para assinalar outra discussão: a formação/transmissão de etnónimos. Há já alguns anos, P. Moret (2004) partiu dos estudos de J.-L. Amselle e E. M’Bokolo (1999) para assinalar que muitos dos etnónimos que conhecemos na literatura clássica podem ser também o resultado da apropriação, por parte dos grupos representados e tal como nos casos africanos, de nomes atribuídos por um agente externo, construindo a partir daí uma relação de pertença étnica. Por outro lado, tais designações podem passar por várias mãos até se eternizarem num texto. Atendendo às reflexões de E. Crowley (1993, pp. 280-284), o nome pelo qual conhecemos uma entidade populacional pode chegar até nós de quatro modos diferentes: (1) nome pelo qual um grupo se conhece a si mesmo; (2) nome atribuído pelos seus vizinhos; (3) nome dado pelo observador externo (4) ou pelos informadores deste.

À excepção da primeira situação, todas estas designações resultam de representações influenciadas pelo filtro do observador, que nem sempre é aquele que escreve o texto (Horta, 1995, pp. 190-195). Um exemplo claro nesse sentido é, precisamente, a construção de Tartessos e dos Tartéssios na literatura clássica, ao qual se juntaria a Taršiš veterotestamentária (Albuquerque, 2014, pp. 93ss., com bibliografia). Neste caso, à lente dos observadores da Antiguidade juntam-se outras, a do historiador e arqueólogos actuais, que vêem nestes textos indicadores da existência de uma entidade bem definida, territorial e até mesmo linguisticamente, de raiz indígena.

Os estudos sobre a origem de um nome que foi hidrónimo (Fr. 184 *PMG*; Str. 3.2.11), corónimo (Anacreonte, fr. 361 *PMG* = Str. 3.2.14; Hecateu, *FGrH*, 1, fr. 38; Fr. 45 Nenci; Hdt. 1.163) ou topónimo (Hdt. 1.163; 4.152) em contextos literários diferentes, reflectem precisamente esta tentativa de definir a per-

tença dos chamados “tartéssios” (cf. Koch, 2003; Albuquerque, 2013). Do mesmo modo, as contribuições para a análise da toponímia pré-romana parecem também ir no mesmo sentido (Albuquerque, 2014, pp. 19-41; sobre a toponímia, cf. o recente trabalho de Correa, 2016), i.e., de recorrer ao critério da língua para a individualização de um grupo.

O uso deste critério é interessante por dois motivos: primeiro, porque não se conhece a língua “tartéssica”. Segundo, porque não é claro que os observadores externos que deram origem aos textos que referem Tartessos tivessem em mente esse aspecto. Atendendo, por exemplo, a um texto bem conhecido (Hdt. 8.144), o “mundo grego”, para os Espartanos, pertenceria a uma mesma “estirpe” (γενος/ génos)² e falava uma mesma língua, ao mesmo tempo que partilhava uma “comunidade de santuários e sacrifícios aos deuses”, bem como “costumes semelhantes”. Efectivamente, a língua é aqui assinalada como um entre vários elementos que definem uma relação de afinidade (em boa medida justificada pela presença de um inimigo comum), e é útil enquanto componente de uma provável autoidentificação. Porém, podemos perguntar se este ou os restantes aspectos são perceptíveis num contexto de heteropercepção, i.e., se os foceenses que supostamente terão conhecido os “Tartéssios” recorreram a esses mesmos critérios para individualizá-los.

A comparação com outros contextos revela-se, neste sentido, útil. As viagens etnográficas organizadas pelo governo português no território colonial de Angola puseram à prova muitos destes critérios de individualização. Com o objectivo de catalogar os grupos que habitavam o recém-criado país, os doutos observadores procuraram identificar as línguas faladas e, rapidamente, concluíram que uma língua podia ser falada numa extensão considerável, abarcando o espaço de grupos que se viam a si mesmos como diferentes dos seus vizinhos (cf. Albuquerque, 2014, p. 56, com bibliografia). Deste modo, o mapa linguístico de Angola é diferente do mapa etnológico, destacando-se destes estudos a dificuldade sentida no momento em que o observador procura recorrer ao seu quadro de referência para representar uma realidade que desconhece e que deve ser “traduzida” para um receptor ausente (Hen-

2. Agradeço a sugestão da Doutora Carmen Leal Soares para a leitura deste texto como uma referência ao termo *génos* e não a *ethnos*.

riques, 2004, pp. 72-73). Ou seja, as informações transmitidas numa fonte, seja europeia medieval ou moderna sobre África, seja grega ou romana sobre a Península Ibérica, reflectem mais o pensamento do observador e dos seus potenciais receptores, do que a realidade dos grupos representados. Esta afirmação aplicar-se-ia a Tartessos (cf. *infra*).

O texto de Heródoto (8.144) pode ainda fornecer outras pistas que o revestem de grande interesse. No início da passagem, pode ler-se que os Espartanos se recusam a pactuar com os Persas porque estes destruíram e incendiaram imagens e templos dos deuses. Tais actos “exigem de nós [Espartanos] uma implacável vingança, em vez de colaborar com o autor de tais sacrilégios” (baseado na tradução de C. Schrader, 2006). Independentemente da historicidade deste diálogo, parece evidente que a destruição de marcadores territoriais (sobre os tipos de marcadores territoriais, cf. Henriques, 2004, p. 14-22; Albuquerque, 2014, p. 83), bem como a imposição de novos, é um comportamento comum em vários contextos. Assim, os exemplos de marcadores que são removidos, destruídos, ocupados, remodelados, etc., encontram-se tanto no contexto da construção do território colonial em Angola, em cenários de guerra na Antiguidade e, inclusivamente, nos dias de hoje. Este comportamento deixa entrever um aspecto fundamental: a relação de pertença que um grupo mantém com o seu território. Para I. Castro Henriques, “o território é o espaço necessário à instalação das estruturas e das colectividades inventadas pelos homens, sendo também indispensável à criação, manutenção e reforço da identidade. O território fornece a garantia da autonomia colectiva. [...] O território é sempre simultaneamente o invólucro (o continente) e o suporte físico, espiritual e identitário das sociedades e das suas relações com as naturezas e os outros” (2004, p. 20).

Abordando a questão nesta perspectiva, a relação com o ambiente natural não se resume à exploração económica, e é determinante no modo como uma comunidade utiliza o espaço para construir a sua memória histórica. É o reconhecimento desta importância que pode motivar o desmantelamento das percepções territoriais, tanto no caso de Angola como em vários textos da Antiguidade (entre muitos outros, Dt. 12; Hdt. 8.144; Th. 1.8; Albuquerque, 2014, pp. 80 – 92). Seria, por outro lado, um ponto de partida para a análise dos processos de interacção iniciados com a chegada de novos contingentes

populacionais, em particular da construção novos edifícios em áreas estratégicas de circulação e, aparentemente, de controlo territorial.

3. CONTEXTOS AFRICANOS

“E finalmente guiado do Spirito Santo, encomendado a elle, arribou sobre a aldeoa que se dizia das Duas partes onde sorgio. . . e olhando com grande tento, o alto assento da terra, que pera defensam, e saúde da gente era muy desposto, e assy experimentado e sondado as ancorações do mar pera os navios, achou que pêra Fortaleza se nom podia achar, nem pintar melhor deesposiçam, especialmente por aver hy muyta pedra”.

Rui de Pina, *apud* Ballong, 1993, p. 69, n. 58

Em Janeiro de 1482, uma frota portuguesa desembarcava na “Costa da Mina” com o intuito de construir uma fortaleza na margem direita da lagoa de Benya, fronteira natural entre os reinos de Fetu/Afutu (a Este) e Eguafu/Comane (a Oeste), que serviria como entreposto comercial. A fundação foi, no entanto, autorizada por uma autoridade local, Nana Kwamena Ansah (Eguafu/Comane), que residia a 10km da costa (Ballong, 1993, p. 59). A posição fronteiriça desta construção pode indicar, por um lado, que seria uma “terra de ninguém” ou, por outro, que ali já residiam membros de um ou dos dois reinos (daí o topónimo “Aldeia das duas partes”?). As fontes não são, porém, explícitas nesse sentido e, ao que parece, o registo arqueológico não forneceu dados que comprovem ou desmintam esta situação (cf. DeCorse, 2001, pp. 47-49).

Alguns textos referem escaramuças entre os contingentes portugueses e os vizinhos, não só pelo incumprimento de promessas feitas, mas também pela destruição de espaços sagrados³. No que diz respeito ao último aspecto, torna-se especialmente interessante verificar que existem diferenças evidentes entre um e outro grupo no modo como per-

3. “Ao seguinte dia, começando os pedreiros a quebrar uns penedos que estavam sôbre o mar, junto onde tinham elegido os alicerces da fortaleza, não podendo os negros sofrer tamanha injúria como se fazia àquela santidade, que eles adoravam por Deus, acendidos em fúria que lhe o demónio atiçava pera todos ali perecerem ante o bautismo que depois alguns dêles receberam, tomaram suas armas e, com aquêl primeiro ímpeto, deram rijo em os officiais que andavam nesta obra” (João de Barros, *Décadas* 1.3.2).

cebiam e utilizavam o território envolvente e, neste caso, um espaço sagrado que não era reconhecido pelos Portugueses. Este era, talvez, o primeiro passo para a degradação dos poderes “indígenas” naquele espaço. Este enfraquecimento não deixa de ser uma consequência de interesses que não foram revelados durante as negociações e que se apresentavam como uma política de presentes. Neste sentido, as fontes não permitem afirmar com segurança que as relações entre Portugueses e Africanos eram pacíficas, uma vez que nem todos estariam de acordo com esta presença externa (Ballong, 1993, p. 60ss.).

O interesse pelo controlo das rotas comerciais que chegavam à lagoa de Benya por parte dos soberanos africanos terá motivado esta primeira aceitação. Estes contactos, por sua vez, terão dado início à formação de novas realidades económicas e sociais, em que as populações se viram forçadas a integrar-se no novo sistema ou, eventualmente, a proteger-se dele. Estas adaptações resultaram, por exemplo, na deslocação de grupos populacionais para lugares estratégicos nas redes de comunicação, no aumento populacional de alguns centros, ou mesmo no abandono de regiões inteiras motivado por conflitos ou pelo próprio tráfico de escravos (cf. DeCorse, ed., 2001, com várias contribuições, entre elas a de S.K. McIntosh, 2001). Neste novo sistema, antigas periferias convertem-se em novos centros e surgem comunidades dedicadas a outras actividades económicas (DeCorse, 2001, p. 31-32). À deslocação de grupos no território africano juntam-se outras, de comerciantes europeus, que ajudaram à formação de grandes núcleos populacionais ocupados por populações heterogêneas (cf. Ballong, 1993, p. 83, sobre o número de grupos envolvidos no comércio da Mina).

Esta heterogeneidade reflecte-se, por exemplo, na formação de comunidades como os Luso – africanos na Guiné de Cabo Verde (entre o rio Senegal e a Serra Leoa). De acordo com J. Horta, «ser português na Guiné foi [...] uma resultante de convergências heterogêneas nascidas de pontos de partida identitários, na aparência irredutivelmente antinómicos: europeu e africano» (2009, p. 262). Ao longo dos séculos XVI e XVII, integravam-se neste grupo indivíduos de origem italiana ou castelhana, Portugueses nascidos em Cabo Verde, homens e mulheres nascidos da união entre Portugueses e Africanos, Africanos nascidos na Guiné de Cabo Verde, etc. Este grupo apresenta um dinamismo extraordinário

rio, integrando-se no seu seio identidades construídas em torno de critérios como a religião, a profissão ou mesmo a arquitectura (cf. Horta, 2009). Por outro lado, é também interessante constatar que as fontes relativas a este território transmitem uma percepção “mestiça” do espaço, em que a presença portuguesa e africana configuraria um todo marcado por uma certa interdependência, e onde o mercantilismo português conflua com a organização política africana num esquema de organização das rotas comerciais com vários grupos deste “território humano” (Déverin, *apud* Horta, s.d.), revelando o que S. Gruzinski define como *pensée métisse* (Gruzinski, 1999) num espaço dominado, sobretudo, por autoridades africanas (Horta, s.d., pp. 11 – 12).

Os exemplos Costa da Mina e da Guiné de Cabo Verde não são, certamente, únicos, mas permitem constatar a existência de sistemas que implicam relações de cumplicidade que se revelam fundamentais na organização das rotas comerciais entre a costa e o interior. O impacto do comércio marítimo entre as comunidades africanas traduziu-se, eventualmente, na aquisição e procura de elementos materiais até então desconhecidos, tanto de origem africana como europeia (DeCorse, 2001, p. 144), ou mesmo na aquisição de novos hábitos de consumo⁴.

Como podemos ver, a introdução destes novos sistemas pode ser determinante para a construção das relações de pertença dos grupos com os respectivos territórios, ou mesmo para a formação de novas identidades que nem sempre perdem a sua autonomia. A integração de *outsiders* nestas reconfigurações pode revelar-se extremamente complexa e dar origem a fenómenos como, por exemplo, a criação de *Spirit Provinces*, que garantia a coesão identitária em cenários naturalmente heterogéneos, sobretudo em locais de grande afluência (cf. Crowley, 1993, pp. 215ss.; Albuquerque, 2014, pp. 88 – 89).

A ausência de marcadores territoriais em espaços

4. No *Tratado* de Almada pode ler-se: “Entrado pelo Rio acima de Casamança, que fica a barlavento do Cabo Roxo, vão correndo na entrada pela banda do Norte os Jabundos, e pelo lado do Sul os Banhuns de Ezigichor, como já fica dito; os quais se entendem todos, assim uns como outros; o qual Reino é grande, porque fica no sertão, sendo como muro aos Banhuns e Falupos, que lhe ficam à beira-mar; houve nele Reis primorosos, principalmente um chamado Macatamba (*sic*), o qual comia em mesa alta com suas toalhas postas, assentando em cadeira alta e comer cozido e feito ao nosso modo” (*apud* Horta, s.d., p. 10).

interiores – ou no “sertão” – reflecte, precisamente, uma situação em que o agente externo ocupa as zonas costeiras sem, no entanto, dominar as rotas de circulação. O conhecimento directo destas áreas por parte dos europeus é uma consequência do domínio colonial, o que aliás se reflecte em obras como *Cinco Semanas em Balão*, de Júlio Verne (1863), *De Angola à Contra-costa*, de Capelo e Ivens (1886) e *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad (1902). O impacto do sistema colonial é, nesse sentido, muito diferente, uma vez que implica uma organização territorial adaptada às necessidades do agente externo (Henriques, 2004). A penetração nestas áreas, atendendo ao caso de Angola, foi gradual. Depois de uma longa fase de contactos, em que os Portugueses levam a cabo trocas comerciais com as autoridades africanas, passa-se para uma fixação discreta numa aldeia ou nas suas imediações, em que o grupo externo está separado ou dependente destes soberanos. Esta situação criaria condições para uma terceira fase, marcada pela convergência e reorganização de espaços comerciais. A quarta e última implica a destruição das “casas comerciais” africanas e a instalação de Portugueses com ideias de domínio, que por sua vez acompanha o aumento numérico da população “branca” em Angola (Henriques, 2000, p. 77).

A instalação e reorganização dos “brancos” provocou um choque significativo entre percepções territoriais, levando a um desmantelamento sistemático dos marcadores que faziam parte das “lógicas civilizacionais” africanas e que configuravam as suas relações de pertença ou, por outras palavras, a sua memória histórica. Deste modo, anularam-se “os sistemas africanos de ocupação e gestão do território, substituindo-os pela violência da propriedade individual e pela lógica de produção industrial destinada ao comércio” (Henriques, 2004, pp. 14-15). Esta alteração do sistema de representação do espaço foi determinante para o desenvolvimento de estratégias de adaptação por parte dos grupos residentes, destinadas sobretudo à manutenção da sua própria identidade numa circunstância completamente nova de relação económica e social com o meio envolvente, e num sistema de “cumplicidades contraditórias” entre Portugueses e autoridades locais (*ibid.*, p. 40ss.). Consequentemente “obrigados a entrar na engrenagem dos portugueses, os africanos organizam estratégias e inventam novas fórmulas culturais capazes de permitir a preservação dos valores essenciais da sua identidade, sem todavia

recusar a dinâmica da mudança. Assim, participam e orientam o sentido da metamorfose do território e organizam uma identidade angolana” (*ibid.*, p. 46). Assiste-se, portanto, a mudanças evidentes na paisagem humana, reveladas sobretudo pela imposição de novos marcadores territoriais com uma estética claramente ocidental e, em vários casos, a uma “africanização” desses elementos como instrumento para garantir a autonomia das comunidades locais. Consequentemente, os comportamentos individuais parecem acompanhar este processo, o que se revela, essencialmente, na estética do corpo (*ibid.*, p. 46), a qual podemos considerar como “primeira fronteira” social ou simbólica.

4. A COMPARAÇÃO NA “QUESTÃO TARTÉSSICA”

Os dados apresentados até ao momento revelam quatro aspectos que podem ser considerados: (A) as dificuldades de interpretação de representações elaboradas por um observador externo; (B) a análise dos processos de interacção resultantes de dois tipos de contacto, em que um é hegemónico e outro não (sobre estas modalidades, cf. Alvar, 2000); (C) o uso desses contactos e representações como ponto de partida para elaborar um questionário no âmbito da hermenêutica das fontes antigas e (D) no âmbito do registo arqueológico do Sudoeste da Península Ibérica durante a primeira metade do I Milénio a.C.

A. Como foi defendido noutras ocasiões (Albuquerque, 2010; 2013; 2014), as fontes que mencionam Taršiš e Tartessos transmitem informações excessivamente vagas, nomeadamente no que diz respeito quer à sua localização, quer à sua composição étnica ou origem, quer mesmo à sua “etnografia” no sentido da descrição do seu funcionamento. Deixando agora de lado os textos bíblicos e os múltiplos significados da palavra Taršiš (cf. Koch, 2003, *passim*), as referências gregas mais antigas fazem parte da produção literária de dois poetas, Estesícoro e Anacreonte, que referem, respectivamente, a existência de uma paisagem habitada por seres monstruosos (Fr. 184 PMG = Str. 3.2.11) e por homens longevos (Fr. 361 PMG = Str. 3.2.14), em torno a finais do séc. VII e inícios do séc. VI a.C., reflectindo um interesse geral pelo mundo que existia a Ocidente das Colunas de Hércules. Gadir, por seu turno, é também mencionada a partir do 475-473 a.C. (Pi., N. 3.20-22; 4.69),

marcando um ponto de referência incontornável na representação geográfica do Ocidente em geral, mais além do qual existiria Ταρτησσός, configurando uma imagem muito condicionada pelo próprio olhar do observador. Nem todas estas fontes são, como se sabe, de primeira mão e não podem, por isso, ser utilizadas como se se tratasse de um conjunto homogéneo útil na definição da evolução destes povos ao longo dos tempos (cf. García Fernández, 2013, pp. 694ss.; Albuquerque, 2013).

B. No que diz respeito a processos de interacção identificados na produção textual, o estudo destes casos africanos permite assinalar a possibilidade de que um contacto sem pretensões de hegemonia não traz consigo a destruição sistemática de marcadores territoriais. Pelo contrário, uma presença hegemónica pode resultar no desmantelamento dessas percepções com o objectivo de impor novas formas de territorialização. No entanto, atendendo ao caso de São Jorge da Mina, a diferença entre percepções territoriais pode originar situações de conflito com os grupos locais.

C. A comparação com casos africanos tem a particularidade de permitir destacar elementos que podem ser utilizados no questionário elaborado sobre outras realidades, sobretudo ao nível das formas de marcação do território que em muitos casos entram em confronto, e que resultam na destruição desses elementos (entre outros: Th. 1, 8; Hdt. 1.64.2; 8.144; Dt. 12; 2Rs. 23).

Atendendo às representações dos povos africanos nas fontes europeias, o conhecimento destas entidades circunscreve-se, por norma, às áreas costeiras e ao *hinterland* mais imediato, exigindo-se uma exegese textual que permita identificar a confluência de indígenas e agentes externos na formação de uma entidade (Horta, 1995; s.d.). Infelizmente, não dispomos de fontes que permitam este tipo de análise no contexto “tartéssico”, sobretudo porque os próprios textos herodotianos (1.163 e 4.152) são o resultado de informações indirectas e não tinham como objectivo fornecer ao receptor uma descrição pormenorizada destas comunidades.

A comparação, novamente, permite colocar questões sobre a composição “étnica” de grupos que, tendencialmente, são vistos como pólos opostos (cf. Álvarez Martí – Aguilar, 2005, *passim*), sobretudo numa perspectiva diacrónica. Novamente, alguns

textos indicam a existência de contextos híbridos ou multiculturais que chamam a atenção quer pela quantidade de grupos incluídos numa mesma designação, quer pela variedade de situações entre costumes e língua, por exemplo. Ou seja, registam-se situações de evidente interpenetração e permeabilidade (cf. Albuquerque, 2014, pp. 74ss.) que podem estar na origem da formação de grupos que acabaram por ser identificados nas fontes clássicas, com menor ou maior rigor consoante a profundidade dos contactos. Como se disse, estes textos destinavam-se a receptores ausentes e reflectem um modo “europeu”, “grego” ou “romano” de ver o mundo, o território e os outros. Como tal, dispensava-se uma explicação sobre os critérios que levavam à individualização desses grupos.

Se, por um lado, uma representação evoca um sistema de valores e os conceitos de uma sociedade, por outro pode fazer eco de relações sociais que afectam os intervenientes destes contactos. Faltando textos que transmitam a visão do “outro lado”, do “indígena” ou, se preferirmos, do “objecto de representação”, não possuímos elementos de contrastação, e neste caso o registo arqueológico é, podemos dizê-lo com segurança, manifestamente insuficiente. Por isso, o uso da documentação escrita para a análise de sociedades, sejam elas pré-romanas da Península Ibérica ou africanas obriga a admitir que analisar “o modo como os produtores das fontes escritas [...] as viram não é, propriamente, estudá-las em si mesmos” (Horta, 1995, p. 195).

D. É neste sentido interessante seguir as várias representações de Tartessos na recepção moderna e contemporânea dos textos. A construção de uma imagem ou “linguística” ou “arqueológica” de Tartessos (Albuquerque, 2014, pp. 19ss e 93ss., com bibliografia) dificilmente resiste a um exame atento e crítico destes textos, sobretudo porque nem eles próprios sustentam estas hipóteses. Tratando-se de fontes que reflectem a observação de zonas costeiras, não deixa de causar alguma perplexidade a identificação de grupos “tartéssicos” em áreas interiores, como se defendeu recentemente com argumentos interessantes (cf. Rodríguez González, 2016). Apesar do interesse desta discussão, não é o momento oportuno para desenvolvê-la, sobretudo porque o espaço escasseia.

Não se propõe aqui uma localização ou uma “fórmula” para entender, definir e delimitar um território,

uma cidade ou uma sociedade referida em documentos cuja credibilidade é discutível. Tal como as fontes são o espelho dos observadores, as representações mais recentes de Tartessos revelam mais o pensamento dos investigadores e os seus objectivos do que, propriamente, propostas que permitam uma aproximação mais rigorosa ao que continua a ser um problema. Assim, uma análise das relações sociais a partir da construção de novas formas de territorialização (por exemplo, de santuários) pode não chegar a definir os mecanismos que estão associados às menções a Tartessos numa longa e heterogénea tradição literária, mas pode ser um ponto de partida para explicar as transformações que, aparentemente, ocorrem em meios indígenas nas áreas onde estes marcadores foram construídos.

O trabalho mencionado no início (Albuquerque, 2014) representou uma tentativa de aproximação, sobretudo metodológica, no sentido de uma perspectiva comparativa que aborda fontes escritas da Antiguidade, História de África e registo arqueológico, e que serve de ponto de partida para a formulação de questões sobre os processos de interacção desencadeados por grupos de origem externa com lógicas territoriais diferentes, e o seu impacto entre as comunidades locais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de Tartessos, como já foi demonstrado há alguns anos, apresenta diversos problemas, sobretudo ao nível da interpretação da produção textual e do modo como se passa deste tipo de documentação para a configuração de uma imagem arqueológica desta entidade (Álvarez Martí – Aguilar, 2005; 2009). Por um lado, assiste-se ao uso, por vezes acrítico, das fontes clássicas na reconstituição dos grupos populacionais descritos nestes textos, sem considerar as suas limitações, as circunstâncias de transmissão, o contexto da/na obra e do autor ou o conhecimento que este tinha da realidade que descrevia. Por outro, reproduz-se o termo “tartéssico” em ocasiões tão diferentes (algumas, inclusivamente, no mesmo trabalho), que se torna necessário “traduzir” o que se entende por essa definição.

Esta confusão é, com pouca margem de dúvida, o resultado mais evidente do uso de um conceito indefinido para o qual contribuíram as mais diversas perspectivas. Por outras palavras: Tartessos converteu-se num conceito polissémico composto

por uma extraordinária diversidade de propostas que revelam, no essencial, o pouco que sabemos a partir dos textos. Assim, o uso do termo “tartéssico” para definir um determinado registo arqueológico deveria ser acompanhado por uma revisão crítica, não só das fontes, mas também dos problemas apontados à investigação (*id.*, 2005), de modo a dar maior consistência aos argumentos apresentados. A solução não passa, certamente, por ignorar a bibliografia que não interessa, ou por evitar a discussão de temas centrais. Também não passa por aguardar a chegada de novos dados.

Este artigo não pretende apresentar uma nova proposta que permita a localização de Tartessos ou mesmo a chave para a identificação arqueológica dos Tartéssios. Pretende, isso sim, recorrer a outros estudos para assinalar os problemas que envolvem o uso desse nome e, ao mesmo tempo, propor alguns temas de análise que podem explicar os resultados dos processos de interação, sobretudo as transformações ao nível do registo material entre as comunidades residentes. Estas são mais profundas quando se regista, pelo menos aparentemente, a construção de novos marcadores territoriais e novas estratégias de exploração do território, ou mesmo as próprias relações sociais entre os membros de uma comunidade, ou entre esta e os seus vizinhos. No entanto, são ainda poucos os estudos arqueológicos em contextos africanos que permitam uma comparação mais sistemática ao nível do registo material.

Nas palavras de J. Kocka, “comparison helps to distance oneself bit from the case one knows best, from ‘one’s own history’” (2003: 41). De facto, o estudo de outras realidades e, sobretudo, de outras propostas de análise, lança novos desafios e dá origem a questões que, sem a comparação, não seriam colocadas. É sobretudo por esta razão que não deve confundir-se “olhares comparativos” com “analogias etnográficas”, e muito menos ver essa discussão como uma “arqueologia antropológica”. Trata-se de partir de casos conhecidos e estudados noutra âmbito, com fontes das quais não dispomos, para analisar o registo arqueológico e processos de interação no contexto da Península Ibérica proto-histórica, bem como as próprias fontes escritas.

Assim, apesar de todas as limitações que podem ser apontadas ao conhecimento destes contextos, a comparação pode revelar-se útil para a construção de uma análise crítica que não se circunscreva a um conjunto de apriorismos que, como sabemos, mol-

daram e ainda moldam a representação das comunidades pré-romanas da Península Ibérica em geral, e dos “Tartéssios” em particular.

BIBLIOGRAFIA⁵

ALBUQUERQUE, Pedro (2010) – *Tartessos: entre mitos e representações*. Lisboa: Uniarq.

ALBUQUERQUE, Pedro (2013) – Tartessos e Tartéssios, de Estesícoro a Éforo. In: Arnaud, José Morais; Martins, Andrea; Neves, César, eds., *Arqueologia em Portugal: 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 633-639.

ALBUQUERQUE, Pedro (2014) – *Tartessos: A construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológica. Um estudo comparativo*. Dissertação de doutoramento (texto policopiado).

ALVAREZQUERRA, Jaime (2000) – Comercio e intercambio en el contexto precolonial. In: Fernández Uriel, Pilar; Wagner, Carlos; López Pardo, Fernando, eds., *Intercambio y Comercio preclásico en el Mediterráneo. Actas del I Coloquio del CEFYP, Madrid, 9-12 de noviembre, 1998*. Madrid: CEFYP, pp. 27-34.

ÁLVAREZ MARTÍ – AGUILAR, Manuel (2005) – *Tarteso: la construcción de un mito en la Historiografía española*. Málaga: CEDMA.

ÁLVAREZ MARTÍ – AGUILAR, Manuel (2009) – Identidad y Etnia en Tartessos. *Arqueología Espacial*. Zaragoza. 27, pp. 79-111.

AMSELLE, Jean – Loup; M'BOKOLO, Erika (1999) – *Au coeur de l’Ethnie. Anthropologie de l’Identité en Afrique et ailleurs*. Paris: Payot.

BALLONG-WEN-MEWUDA, Joseph B. (1993) – *São Jorge da Mina: 1482-1637*. 2 vols. Lisboa, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.

BINFORD, Lewis R. (1962) – *Archaeology as Anthropology. American Antiquity*. Durham:

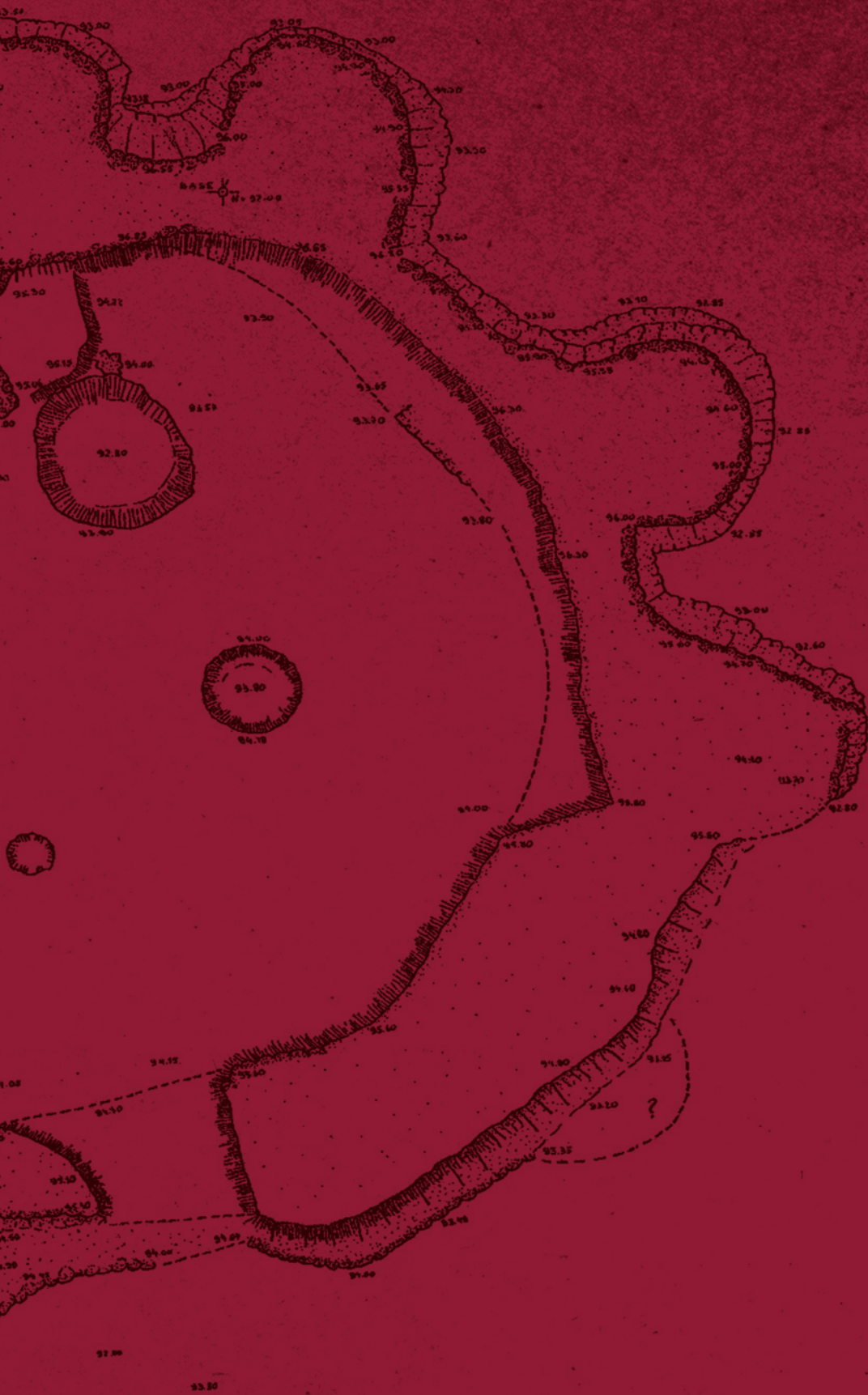
BINTLIFF, John (1991) – The contribution of the Annaliste/Structural History approach to Archaeology. In: Bintliff, J., ed., *The Annales School and Archaeology*. Leicester: Leicester.

BLOCH, Marc (1928) – Pour une histoire compare des sociétés européennes. *Revue de Synthèse Historique*. Paris. 46, pp. 15-50.

BRAUDEL, Fernand (1969) – *Écrits sur l’Histoire*. Paris Flammarion.

5. As abreviaturas das fontes clássicas seguem o *Greek – English Lexicon*, de Liddell e Scott, bem como *Oxford Latin Dictionary*. FrGH: *Der Fragmente der Griechischen Historiker* (F. Jacoby). PMG: *Poetae Melici Graeci* (ed. D. L. Page).

- CORREA RODRÍGUEZ, Antonio (2016) – *Toponimia antigua de Andalucía*. Sevilla: SPUS.
- CROWLEY, Eve (1993) – *Contracts with spirits: Religion, Asylum and Ethnic Identity in the Cacheu region of Guinea – Bissau*. Michigan: UMI Dissertations / A Bell & Howell Company.
- DECORSE, Christopher R. (2001) – *An Archaeology of Elmina. Africans and Europeans on the Gold Coast*. Washington, London: Smithsonian Institution Press.
- DECORSE, Christopher R., ed. (2001) – *West Africa during the Atlantic Slave Trade: Archaeological Perspectives*. London, New York: Leicester University Press
- FRIEDMAN, Susan (1996) – *Marc Bloch, Sociology and Geography: Encountering changing disciplines*. Cambridge [etc.]: Cambridge University Press.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José (2013) – Tartesios, túrdulos, turdetanos. Realidad y ficción de la homogeneidad étnica de la Bética romana. In: Santos Yanguas, Juan; Cruz Andreotti, Gonzalo; Fernández Corral, Marta; Sánchez Voigt, coords., *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano*. Vitoria: Universidad del País Vasco, pp. 691-734.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1971) – *Ensaio*, Vol. III, *Sobre teoria da História e Historiografia*. Lisboa: Sá da Costa.
- GRUZINSKI, S. (1999) – *La pensée métisse*. Paris: Fayard.
- HENRIQUES, Isabel Castro (2000) – Comércio e organização do espaço em Angola (c. 1870 – 1950). In: Santos, M.^a E.M., dir., *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 – c. 1930)*. III Reunião Internacional de História de África. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga / Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 71-90.
- HENRIQUES, Isabel Castro (2004) – *Território e Identidade*. Lisboa: Centro de História.
- HORTA, José da Silva (1995) – Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações. In: *Colóquio Construção e Ensino da História de África. Actas das sessões realizadas na undação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de junho de 1994*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 181-200.
- HORTA, José da Silva (2009) – Ser “Português” em terras africanas: vicissitudes da construção identitária na “Guiné do Cabo Verde” (sécs. XVI-XVII). In: Matos, S.C.; Henriques, I.C.; Fernandes, H.; Horta, J.S., eds. – *Nação e Identidades. Portugal, os portugueses e os outros*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa / Caleidoscópico, pp. 261-274.
- HORTA, José da Silva (s.d.) – “O nosso Guiné”: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI – XVII). [em linha] cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/jose_silva_horta.pdf (cons. 25/6/2017).
- KOCH, Michael (2003) – *Taršiš e Hispania*. Madrid: CEFYP.
- KOCKA, Jürgen (1990) – Storia comparata, in *Enciclopedia delle Scienze Sociali*, Vol. 8 Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, pp. 389-396.
- KOCKA, Jürgen (2003) – Comparison and beyond. *History and Theory*. Middletown. 42, pp. 39-44.
- LANGLOIS, Charles (1890) – The Comparative History of England and France during the Middle Ages. *The English Historical Review*. Oxford. 5: 18, pp. 5-14.
- LEFEBVRE, Georges (1981) – *O Nascimento da moderna historiografia*. Lisboa: Sá da Costa.
- LÉVI – STRAUSS, Claude (1983) – Histoire et ethnologie. *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*. Paris. 38: 6, pp. 1217-1231.
- MCINTOSH, Susan Keech (2001) – Tools for understanding transformation and continuity in Senegambian Society: 1500-1900. In: DeCorse, Ch. R., ed., *West Africa during the Atlantic Slave Trade: Archaeological Perspectives*. London, New York: Leicester University Press, pp. 14-37.
- MORET, Pierre (2004) – Ethnos ou Ethnie? Avatars anciens et modernes des noms des peuples ibères. In: Cruz Andreotti, G.; Mora Serrano B., eds., *Identidades étnicas – identidades políticas en el mundo prerromano hispano*. Málaga: CEDMA, pp. 32-62.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Esther (2016) – *El reflejo de Tarteso en la periferia del Gadiana*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidad Autónoma de Madrid (Texto policopiado).
- SCHRADER, Carlos (2006) – *Heródoto. Historia*. 5 vols. Madrid: Gredos / RBA.
- SEWELL, William H. (1967) – Marc Bloch and the logic of Comparative History. *History and Theory*. Middletown. 6, pp. 208-218.
- SEWELL, William H.; THRUPP, Sylvia (1980) – Comments. *The American Historical Review*. Bloomington. 85: 4, pp. 847-853.
- VAN DEN BRAEMBUSSCHE, Antoon A. (1989) – Historical explanation and Comparative Method: towards a theory of History and Society. *History and Theory*. Middletown. 28: 1, pp. 1-24.



Patrocinador oficial